

Relatório da administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores
Senhores Acionistas, submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A Xingu registrou em 31 de dezembro de 2013 resultado operacional de R\$ 229.372. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 75.147. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2013 foi de R\$ 101.788, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria. A Companhia apresentou, no exercício de 2013, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

Histórico: A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A LXTE é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$74.300.000, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. **Desempenho Operacional: Transmissão de Energia – Operação:** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 8 concessionárias (LXTE, LMTE, JTE, CPTE, LTMC, IENNE, SLTE e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (LTTE e LITE) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em ao menos mais 3 subestações. **Desempenho Econômico-Financeiro:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório

financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

	Em 31 de dezembro de		% Total		% Variação
	2013	2012	2013	2012	
Receita	271.393	658.570	100,00%	100,00%	(58,79%)
Custo de construção	(41.421)	(787.375)	(15,26%)	(119,56%)	(94,74%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	229.972	(128.805)	84,74%	(19,56%)	278,54%
Despesas gerais e administrativas	(600)	(1.200)	(0,22%)	(0,18%)	(50,00%)
Lucro (Perda) Operacional	229.372	(130.005)	84,52%	(19,74%)	(276,43%)
Despesas Financeiras	(76.835)	(78.073)	(28,31%)	(11,85%)	(1,59%)
Receitas Financeiras	1.688	2.192	0,62%	0,33%	(22,99%)
Resultado financeiro líquido	(75.147)	(75.881)	(27,69%)	(11,52%)	(0,97%)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	154.225	(205.886)	56,83%	(31,26%)	(174,91%)
imposto de Renda e Contribuição Social	(52.437)	70.001	(19,32%)	10,63%	(174,91%)
lucro líquido (prejuízo) do exercício	101.788	(135.885)	37,51%	(20,63%)	(174,91%)
Lucro Líquido (prejuízo) por lote de mil ações R\$	(194,25)	(303,04)	(0,07%)	(0,05%)	(35,90%)

A receita operacional líquida reduziu 58,79%, atingindo R\$ 271.393 mil em dezembro de 2013 se comparada com R\$ 658.570 mil em 31 de dezembro de 2012. A redução da receita deve-se ao fato de no ano de 2012, a Companhia apurou uma receita de construção muito significativa devido ao final da construção da transmissora. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 94.475 mil em dezembro de 2013, comparada com R\$ 76.359 mil em dezembro de 2012, onde o aumento de 23,72% é devido pelo reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro em 2013. A receita de construção reduziu 68,94%, totalizando R\$ 201.736 mil em dezembro de 2013, comparada com R\$ 649.542 mil em dezembro de 2012, devido ao fato do início da operação da Companhia em junho de 2013. Em decorrência dos fatores mencionados acima, no exercício de 2013, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 101.788 mil. Composição Acionária O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 524.000 milhões, representado por 524.000 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. Auditores Independentes Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara que mantém contratada a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2013. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de autuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Operações continuadas		
Receita (Nota 21)	271.393	658.570
Custo de construção (Nota 22)	(41.421)	(787.375)
Lucro (prejuízo) bruto	229.972	(128.805)
Despesas gerais e administrativas	(600)	(1.200)
Lucro (perda) operacional	229.372	(130.005)
Despesas financeiras (Nota 23)	(76.835)	(78.073)
Receitas financeiras (Nota 23)	1.688	2.192
Resultado financeiro líquido	(75.147)	(75.881)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	154.225	(205.886)
Impostos		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	(52.437)	70.001
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	101.788	(135.885)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	(194,25)	(303,04)

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangente. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	101.788	(135.885)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	52.437	(70.001)
PIS e COFINS diferidos	27.871	67.330
Resultado financeiro ativo financeiro da concessão	(94.474)	(76.359)
Juros dos empréstimos	62.908	63.162
Provisões	(123.939)	131.005
Depreciação	264	139
Movimentação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(410)	(317)
Clientes	(15.393)	-
Despesas antecipadas	3.353	14.216
Adiantamentos a fornecedores	(212)	6.547
Depósitos judiciais	(386)	(10.620)
Outros ativos	(1.010)	(358)
Fornecedores	(42.061)	(19.747)
Partes relacionadas	(13.226)	(6.442)
Impostos e contribuições a recolher	(3.261)	6.874
Outros passivos	(74)	2.964
Fluxo líquido aplicado nas atividades operacionais	(45.825)	(27.492)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - concessão	(201.736)	(649.542)
Ativo financeiro - recebimentos	46.138	-
Títulos de renda fixa	(1.142)	(697)
Adições do imobilizado	(466)	(2.107)
Fluxo líquido aplicado nas atividades de investimento	(157.206)	(652.346)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	368.632	617.448
Amortização dos juros e empréstimos	(63.204)	(164.371)
Pagamento de principal	(244.750)	-
Custo de transação	(572)	(11.537)
Aumento de capital	75.600	273.850
Fluxo líquido gerado pelas atividades de financiamento	135.886	715.390
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(67.145)	35.552
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.136	43.584
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.991	79.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos **líquidos dos custos de transação**. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido («pro rata temporis»). **(h) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(i) Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecido ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **(j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos. **(k) Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(l) Reconhecimento de receita:** Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 8,6% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Durante a fase pré-operacional, a receita relativa a serviços de construção é registrada pelo seu valor justo conforme descrito na Nota 4.1.4. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um «evento de perda») e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão:** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2013	2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	11.991	79.136
Clientes	15.393	-
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	56.459	56.247
Impostos a recuperar	1.259	849
Partes relacionadas (Nota 10)	19.226	6.000
Ativo financeiro (nota 9)	92.057	-
Despesas pagas antecipadamente (Nota 11)	1.935	5.288
Outros ativos	1.380	370
	199.700	147.890
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	1.485.189	1.327.174
Títulos de renda fixa	2.430	1.288
Depósitos judiciais (Nota 8)	18.182	17.796
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17)	18.666	71.103
	1.524.467	1.417.361
Imobilizado, líquido	2.431	2.229
	1.526.898	1.419.590
	1.726.598	1.567.480

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2012	174.550	(2.136)	172.414
Aumento de capital (Nota 19)	273.850	-	273.850
Prejuízo do exercício	-	(135.885)	(135.885)
Em 31 de dezembro de 2012	448.400	(138.021)	310.379
Aumento de capital (Nota 19)	75.600	-	75.600
Lucro líquido do exercício	-	101.788	101.788
Em 31 de dezembro de 2013	524.000	(36.233)	487.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 100% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Cachoeiras Paulista Transmissora de Energia S.A. A Companhia terá suporte financeiro da Investidora caso não tenha condições de cumprir com suas obrigações. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram aprovados e autorizados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2015. **2. Concessão:** Em 27 de junho de 2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300.(valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservadas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. **3.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas: (a) Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: em prêmios e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que

ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo financeiro da concessão:** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **(vi) Instrumentos derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. **(d) Despesas antecipadas:** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **(e) Imobilizado:** São classificados como ativo imobilizado os bens não vinculados à concessão. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Móveis e utensílios
Equipamentos de informática
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **(f) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

Anos

5
5
5

interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.1 Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 4.2. **(b) Reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação das receitas e custos de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **(d) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. A taxa resultante de 7,15% (original da taxa de Leilão mais 5% de inflação estimada) reflete, na opinião dos administradores, a realidade econômica do projeto, uma vez liberado as incertezas existentes em 2012. **(e) Provisão para riscos:** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **(f) Provisão para custos de construção:** Em caso de contrato oneroso, ou seja quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **4.2 Contrato de concessão:** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo. A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1 Fatores de risco financeiro: (a) Risco de crédito:** Salvo pelo ativo financeiro e pelo contas a receber de clientes, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados

neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(b) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(c) Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI, juros pre fixados e TJLP. **(d) Valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(ii) Financiamentos:** A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2013, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. **(iii) (iv) Ativo financeiro da concessão:** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido uma vez que a empresa entrou em operação durante o exercício.

	2013	2012
Caixa e bancos	11.991	79.136
7. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:		
	2013	2012
Alubar	919	663
ABB	2.017	-
Brametal	11.409	56
Crompton Graves	1.049	1.049
NINGBO	27	27
PLP Produtos	639	-
SeaTowers	2.657	2.657
Sermex	10.470	13.523
Siemens	12.646	13.805
Toshiba	966	3.818
URF Comissária	5.667	10.961
China National Electric	7.993	9.688
Outros	56.459	56.247

8. Depósitos judiciais: O saldo de R\$ 18.182 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 17.796 em 2012) composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS. **9. Ativo financeiro - concessão:**

	2013	2012
Em 1º de janeiro de 2012	601.273	-
Receita de construção	649.542	-
Receita financeira	76.359	-
Em 31 de dezembro de 2012	1.327.174	-
Receita de construção	201.736	-
Receita financeira	94.475	-
Recebimentos	(46.138)	-
Em 31 de dezembro de 2013	1.577.246	-

10. Partes relacionadas: Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

	2013	2012
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	19.226	6.000

11. Despesas pagas antecipadamente: O saldo em 31 de dezembro de 2013 refere-se principalmente aos custos de transação relativos ao estudo e aprovação dos créditos de longo prazo. **12. Fornecedores:** As saldo em aberto de fornecedores refere-se principalmente ao fornecimento de cabos, torres e serviços de engenharia. Veja a composição do saldo abaixo:

	2013	2012
ABB LTDA.	670	-
ALUBAR METAIS E CABOS S/A	-	4.592
BRAFER CONSTRUÇÕES METALICAS S/A	-	359
BRANDAO CONSULTORIA LTDA.	-	1.184
COM. NAVEGAÇÃO E SERVIÇO RIO XINGU	428	346
CONTRUTORA LORENZONI LTDA.	260	987
CROMPTON GREAVES LIMITED	12.239	678
DERIVADOS DE PETROLEO MACHADO LTDA.	1.110	1.738
ESCAVABEM LTDA.	-	604
GEOFORT FUNDAÇÕES LTDA.	-	1.308
INSEL - CONSULTORIA E ENGENHARIA	486	393
ISOLUX ENERGIA Y PARTICIPACION LTDA.	683	1.366
ITAUBA INDUSTRIA DE CIMENTO PARA	454	454
J F G VINENTE EPP	-	434
M DE J N DE ARAUJO - ME	-	1.009
MATAPI LOGISTICA E NAVEGAÇÃO LTDA.	73	347
MOURA, RODRIGUES, ADVOGADOS	-	375
OCTA SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA.	-	551
PROCEL CONSTRUTORA LTDA.	-	271
PROSEGUR	558	960
CHINA NATIONAL ELECTRIC WIR	7.584	-
R. M. PEDRAO COMERCIO	350	310
ROMEVO TRANSP. LOG.A E TERRAP. LTDA.	3	169
S. G. DA SILVA MENESES	55	327
SADESUL PROJETOS CONSTRUÇÕES LTDA.	864	1.872
SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMI	4.901	4.204
SARAIVA EQUIPAMENTOS LTDA.	-	1.334
SELMEG SERVICOS ELETROMECANICOS	57	929
SEQUEIRA ZURITA ADVOCACIA	-	499
SERMEX SERVICIO DE MERCADO	634	634
SIEMENS LTDA.	13.457	1.078
TLL TRANSPORTE	892	686
TOSHIBA TRANSMISSAO E DISTRIB.DO BR	9.565	11.731
WILNAVE TRANSPORTE MULTIMODAL	11	359
Outros fornecedores	35.317	90.624
	90.651	132.712

13. Empréstimos e financiamentos: Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Taxa anual de juros e Comissões -%a.a.	2013	2012
Moeda nacional			
Circulante			
Banco da Amazônia	CDI + 2,0%	-	150.000
Banco da Amazônia	CDI + 3,054%	40.909	-
Banco da Amazônia	10%	8.143	-
SUDAM	TJLP + 0,85%	36.512	-
Banco ABC	CDI + 5,8%	20.000	-
Banco Alfa	CDI + 2,8%	-	30.000
Banco do Brasil	10,165%	33.000	-
Banco do Brasil	CDI+2,8%	-	42.000
Banco do Brasil	CDI+4,4081	11.250	-
Banco Santander		15.411	-
Juros e comissões a pagar		8.859	10.624
		174.084	232.624

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria

seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações

	Taxa anual de juros e Comissões -%a.a.	2013	2012
Não circulante			
Banco da Amazônia	CDI + 3,054%	34.083	-
Banco da Amazônia	10%	142.874	151.017
SUDAM	TJLP + 0,85%	565.936	452.477
Juros a pagar		80.415	38.681
Custos de transações		(15.851)	(16.423)
		807.457	625.723
		981.541	858.347

Custos de transação (comissões bancárias e IOF): Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 2013 e de 2012 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. **(a) Garantias concedidas:** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. **(b) Créditos de longo prazo:** Em 30 de dezembro de 2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 151.017; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo - 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10 de março de 2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 602.448; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 0,85% a.a. **14. Impostos e contribuições a recolher:** Em 31 de dezembro de 2013, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **15. Provisões:** Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de provisões correspondem a:

	2013	2012
Provisão para custos de construção	(7.105)	(125.867)
Provisão de férias e 13º salário	-	(5.065)
Outras provisões	-	(112)
	(7.105)	(131.044)

16. PIS e COFINS diferidos: Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

PIS e COFINS diferidos

	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2011	55.391	67.330
Constituição em 2012	-	122.721
Em 31 de dezembro de 2012	122.721	27.871
Constituição em 2013	-	150.592
Em 31 de dezembro de 2013	122.721	278.463

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue: **(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais:**

	2013	2012
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	154.226	(205.886)
- Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
- IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	52.437	(70.001)
Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:		

IR e CSSL diferidos

	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012	18.666	71.103
Constituição em 2013	-	(52.437)
Em 31 de dezembro de 2013	18.666	18.666

18. Incentivos fiscais: Em 5 de dezembro de 2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, pelo qual a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 524.000 (2012 - R\$ 448.400), está representado por 524.000 mil (2012 - 448.400 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ordinárias
Isolux Energia e Participações S.A.	523.999.999
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.	1

(b) Destinação do resultado: A Companhia apresentou lucro de R\$ 101.788 em 2013 e reduziu o prejuízo acumulado para R\$36.233. **20. Seguros (não auditado):** A cobertura de seguro foi contratada pelo montante a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Todas as apólices de seguro foram renovadas em janeiro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Engenharia	31/08/2010 a 30/01/2014	R\$ 908.650
Riscos Nomeados Operacionais	13/06/2013 a 13/06/2014	R\$ 879.712
Responsabilidade Civil Geral	17/01/2014 a 30/01/2014	R\$ 10.000

	2013	2012
21. Receita:		
Receita bruta de serviços		
Receita de construção	201.736	649.542
Receita de operação	6.904	-
Receita financeira	94.475	76.359
Outras Receitas	(1.803)	-
	301.312	725.901
PIS e COFINS diferido	(27.871)	(67.331)
Quota para RGR e P&D	(2.048)	0
Receita líquida de serviços	271.393	658.570

22. Custos sobre serviços prestados:

	2013	2012
Custo de construção e operação	(41.421)	(787.375)

23. Resultado financeiro líquido:

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(62.908)	(63.162)
IOF	(3.003)	(4.962)
Variação cambial negativa	(516)	(2.728)
Outras despesas financeiras	(10.408)	(7.221)
	(76.835)	(78.073)

24. Remuneração de administradores: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. **25. Instrumentos financeiros por categoria:**

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Ativo financeiro	1.577.246	1.577.246	1.577.246
Títulos e valores mobiliários	2.430	-	2.430
Clientes	-	15.393	15.393
Partes relacionadas	-	19.226	19.226
Depósitos judiciais	-	18.182	18.182
Caixa e equivalentes de caixa	11.991	11.991	23.982
	2.430	1.642.038	1.644.468